

As transformações da participação popular a partir da Reforma do Estado. Brasileiro. Caso da Frente contra o aumento da tarifa de. Florianópolis - SC.

Camila Philippi.

Cita:

Camila Philippi (2009). *As transformações da participação popular a partir da Reforma do Estado. Brasileiro. Caso da Frente contra o aumento da tarifa de. Florianópolis - SC.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1017>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/OCh>

As transformações da participação popular a partir da Reforma do Estado Brasileiro

Caso da Frente contra o aumento da tarifa de Florianópolis – SC

Camila Philippi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Mais do que construir uma crítica em relação ao quadro dos grupos e movimentos sociais no contexto pós-reforma do Estado Brasileiro, e seus desdobramentos, o estudo propõe-se a levantar questionamentos a respeito dos rumos por eles tomados, a marginalização e perda de legitimidade.

O trabalho busca analisar a partir do processo histórico e estudo de caso da Frente Contra o Aumento da Tarifa, de que forma se constituem e como se mobilizam levantes de participação popular direta, não vinculadas a instituições, públicas ou privadas.

No período anterior ao regime militar houve no Brasil, assim como defende Caio Navarro de Toledo, tem-se “uma incipiente democracia política” (Navarro, 2004) representada pela formação

de grupos de representatividade social, como o movimento estudantil (através da UNE), a Liga Camponesa e sindicatos, que foram solapados pelo golpe de 1964. Além disso, o golpe abafa os debates acerca das reformas sociais e políticas que ocorriam tanto no Congresso quanto na sociedade naquele período.

Os movimentos sociais urbanos e rurais, de resistência a ditadura militar no Brasil, constituíram-se como maiores opositores do regime vigente. Os primeiros, muitas vezes formados pelas entidades estudantis, ou apoiados por organizações, levavam seus participantes às ruas, reivindicando direitos e mudanças sociais e políticas. Os movimentos rurais, por sua vez, formavam-se e realizavam suas atividades afastados desse contexto, devido ao distanciamento forçado desses grupos.

O movimento estudantil assume um papel de extrema importância no sentido de unir forças sociais contra o regime, aliando suas lutas pela democratização do ensino, extensão e autonomia universitária a movimentos de trabalhadores, movimentos culturais entre outros.

A morte do estudante secundarista Edson Luís no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro em março de 1968, foi o estopim para o crescimento das mobilizações e manifestações organizadas pelo movimento estudantil, que ganhava ali apoio de diversos setores. A comoção causada pela crueldade do acontecimento, fez com que a mobilização para a Passeata dos Cem Mil fosse endossada, em junho daquele mesmo ano.

Meses depois, no dia 13 de dezembro, era decretado o Ato Institucional Nº5, que proibia qualquer tipo de manifestação política, fechava o Congresso Nacional, e instituiu a censura. A repressão torna-se mais evidente e forte, perseguindo, prendendo, exilando, torturando, e assassinando os inimigos da ditadura.

Os movimentos armados, tornam-se então uma alternativa frente as tentativas ferozes de desarticulação dos movimentos. A repressão continua e a perseguição aos “terroristas” é cada vez mais abrangente e sofisticada.

No fim da década de 1970, é constituído o movimento dos trabalhadores sem-terra, o MST, ícone da luta pela reforma agrária e justiça social.

Surgem também nesse período, movimentos de reivindicações específicas, os chamados Novos Movimentos Sociais, que tinham finalidades setorializadas, como a busca por igualdade entre homens e mulheres, pelos direitos dos homossexuais, e causas ambientais, indicando uma nova direção aos movimentos sociais brasileiros.

A reforma do Estado Brasileiro, instituída a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 trouxe profundas mudanças na dinâmica social do país. Seguindo uma tendência mundial de busca por maior eficiência no desempenho das atividades estatais, passa-se a utilizar

mecanismos e recursos de caráter técnico, que visam garantir uma relação harmoniosa e legítima entre seus diversos atores do quadro econômico, social e político.

A abertura comercial às exportações a partir do governo Collor (1990-1992), juntamente com o início da “era das privatizações”, que ocorreram dentro do processo da chamada reforma da Gestão Pública, dirigida por Luiz Carlos Bresser-Pereira, no extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, MARE (que existiu entre os anos de 1995 e 1999, quando teve suas atividades englobadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MPOG); evidenciam o caminho adotado pelo Estado brasileiro de abertura ao mercado, e conseqüente enxugamento de seu exercício.

O Estado Brasileiro passa a incorporar uma postura menos abrangente, modificando seu papel de produtor de bens e serviços públicos, enquanto as empresas adquirem maior espaço e autonomia. A sociedade civil, portanto, passa por visíveis transformações, incluindo o surgimento e crescimento do chamado terceiro setor.

A partir do processo de reforma do Estado Brasileiro, consolidado pela Constituição Federal de 1988, organizações de caráter tradicionalmente popular como sindicatos, associações de moradores, e agremiações estudantis passam a sofrer clara e ampla influência do Estado, sob forma de aproximação desses grupos aos projetos governamentais.

A Constituição prevê o exercício da soberania popular, que dentre suas formas está a iniciativa popular. Surgem, sob a aprovação do Estado, estâncias de participação popular, como os conselhos municipais, por exemplo, que participam dos projetos a serem executados. Também nesse período, são realizadas experiências de orçamentos participativos na esfera municipal.

O Estatuto das Cidades, de 2001, oferece base ao Plano Diretor Municipal, que discute e define ações práticas, avaliações e projetos de modificações ou regulação na paisagem e estrutura dos municípios.

Dessa forma, fica clara a intervenção do Estado.

As instituições do Terceiro Setor, que são atualmente denominadas ONG's (Organizações não Governamentais), conforme Marcílio Rodrigues Lucas, na década de 40,

eram basicamente organizações de cooperação internacional – formadas por Igrejas, instituições de solidariedade etc. – que ajudavam outras organizações e movimentos sociais nos países pobres. A partir dos anos 60 e 70, tanto aqui como em grande parte da América Latina, as ONGs ganharam grande força, exprimindo modos alternativos de oposição política aos regimes ditatoriais. No final da década de 80, os processos de democratização foram acompanhados de políticas econômicas regressivas que afetaram diretamente grupos sociais com os quais as ONGs mantinham forte vínculo: os setores populares.

Ainda sobre a redefinição do papel dessas organizações, Lucas utiliza-se da abordagem de Andrés Thompson (2006), alegando que de instrumento de reivindicação política, “cede lugar à pressão pela profissionalização no provimento dos serviços sociais, aliviando, assim, o papel do Estado e a pressão sobre o mercado”.

A partir do crescimento do Terceiro Setor, na década de 90 e 2000, as chamadas Organizações Não-Governamentais (ONG's) adquirem, nos últimos anos estrutura jurídica, como os títulos de Organização Social (OS's), de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), ou enquadramento como fundações, entre outros (inclusive originárias de vertentes da iniciativa privada); essas instituições acabam por se tornar a principal representação social nesse novo cenário.

Essas instituições atuam geralmente em causas “a ‘terceirização’ da questão social”, deixa em segundo plano projetos mais abrangentes, fazendo parte do projeto neoliberal de tornar a sociedade civil “dócil”, sem confronto.

O projeto neoliberal, segundo a corrente crítica sobre o Terceiro Setor, deseja uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, retificada, seja a “preocupação” e “ocupação” (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, mas voltadas para as (auto-) respostas imediatas às necessidades localizadas. (idem, p. 260). A emergência do terceiro setor, é considerada ainda, uma tentativa de despolitização, e conseqüente controle da sociedade.

Os movimentos sociais de contestação no entanto, perdem espaço e têm sua articulação e mobilização modificados. Reivindicações de cunho político e sócio-ambientais mais críticos tem sua amplitude reduzidas, devido a essa institucionalização da participação popular.

Como afirma Melucci (2001), os movimentos sociais não surgem apenas perante crises, mas sim, diante de conflitos permanentes que estabelecem posições antagonistas, de disputa contínua por determinado objetivo ou recurso social.

As formas de participação popular ficam assim, submetidas a um processo vertical, no qual a pauta é designada previamente por projetos institucionalizados, restando assim, às organizações “autônomas”, pouco espaço de atuação, e de certa forma, pouca legitimidade, no sentido de serem reprimidas pela força e procedimentos legais do Estado, pelo descrédito da mídia, pela não identificação por parte das instituições dos “Novos Movimentos Sociais”.

Um dos pontos que se pretende levantar aqui, é o fato de reivindicações populares, serem representadas por organizações institucionalizadas e sofrerem diversos tipos de repressão, faz com que esses movimentos de caráter crítico percam força.

A escolha do caso da Frente Contra o Aumento da Tarifa, reflete a falta de apoio de alguns setores por um movimento popular que luta por uma causa abrangente, que diverge de interesses privados e políticos locais.

No mês de fevereiro de 2009, na cidade de Florianópolis-SC, foi formada a Frente Contra o Aumento da Tarifa, unindo movimentos, sindicatos, e organizações estudantis com a finalidade de protestar contra o aumento abusivo das tarifas, e a falta de qualidade do transporte público urbano.

Durante o mês de março, foram realizadas no centro da cidade, em horários de grande movimento de pessoas próximo aos terminais, panfletagens a atos seguidos de passeatas. As caminhadas, que contavam em média com 150 pessoas, foram monitoradas, e em alguns momentos, reprimidas pela força policial, através de armas de choque, contorno e imposição dos trajetos a serem feitos, empurrões que rasgavam faixas e acertavam “botinadas” e “cassetetadas” nos manifestantes.

A grande mídia pouco noticiou sobre as atividades, resumindo suas reportagens ao caos evidente no sistema de transporte. Sua intervenção legítima apenas o senso comum da falta de qualidade do serviço, que pretende ser solucionada com reformas superficiais na estrutura vigente, estrutura essa que beneficia as grandes empresas relacionadas ao transporte, respaldadas pelo município por meio de infra-estrutura e isenções.

O Estado entra, por sua vez, com a repressão via força policial, além da criminalização desses movimentos, o que dificulta a adesão a causas desse tipo. A fragilização do ensino, apoiada por reformas (principalmente de nível nacional, como o REUNI, implantado nas Universidades Federais) que pretendem dar uma roupagem tecnicista à educação, a partir da superlotação de salas de aula, critérios produtivistas para destinação de verbas, entre outros.

Essas ações reforçam a idéia de baderna mostradas pela imprensa como a invasão de ônibus e terminais, necessitando de intervenção institucional para conter um suposto caos. A formação desse ideário, por parte dos grupos que se beneficiam da repressão desses levantes, é sutilmente articulada de maneira que configure-se como coerente e legítima.

A repressão formula um aspecto negativo a esses movimentos, afastando possíveis participantes, e distorcendo a real causa do problema, a deficiência da mobilidade urbana em Florianópolis, substituindo-a pela acusação de que os manifestantes da Frente Contra o Aumento da Tarifa obstruem o trânsito na cidade, em horários e espaços estratégicos, ferindo a liberdade dos demais cidadãos e tumultuando a “ordem”.

A não identificação da causa com outras “modalidades” de representação social, marginaliza esse tipo de iniciativa, também por não se atrelarem a essas novas formas ação, mais institucionalizadas, com estrutura e respaldo jurídico, que formulam suas atividades a partir de programas pré-definidos, como projetos governamentais específicos.

O ponto que pretendo levantar no trabalho é esse: formular questionamentos sobre as razões e mecanismos utilizados para recriminar esse levantes que não enquadram-se na “agenda” prevista, que escapam aos projetos que são propostos e executados pelas políticas públicas de acordo com interesses setoriais, grupos políticos ou da iniciativa privada, que lançam um ideário de pacificação, classificando movimentos autônomos que configuram-se e posicionam-se de maneira crítica como inimigos da população e da “ordem social”.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo**. 12º ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Instituições, bom estado e Reforma da Gestão Pública**. In: Economia do Setor Público no Brasil. ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro (Org). Rio de Janeiro; Elsevier, 2004.
- DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364 p.
- MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública Centralizada e Descentralizada**. 2º ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.
- LUCAS, Marcílio Rodrigues. Um novo aperto no parafuso: o “terceiro setor” e a estratégia de despolitização da “questão social”. **Revista Urutágua - revista acadêmica multidisciplinar (DCS/UEM)**, Maringá, n° 13, ago./set.out./Nov. 2007.
- Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/013/13lucas.htm>. Acesso em: 21/03/2009.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOURA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar no brasil quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Edusp, 2004.